

4.

A Rede Transnacional de Movimentos Sociais Via campesina

A Via Campesina é uma rede transnacional de movimentos sociais não urbanos, que data de 1992, e hoje tem abrangência praticamente global. Este movimento social despontou como ator transnacional significativo, em 1996, durante a Assembléia Global sobre Segurança Alimentar (AGFA), realizada pela FAO, em Quebec, Canadá, tendo conquistado a atenção do público em geral, durante o antológico encontro da OMC, realizado em Seattle, em 1999. (Desmarais, 2003a; Edelman, 2003). Hoje, a Via Campesina constitui-se como um dos movimentos sociais alter-mundialistas mais atuantes, tanto em nível transnacional quanto local.

Ao analisarmos a formação da Via Campesina, encontramos-nos diante do seguinte questionamento: como é possível reunir, em uma mesma organização, pessoas com interesses aparentemente tão distintos como camponeses e pequenos agricultores de países desenvolvidos e em desenvolvimento?

Buscamos a resposta através de uma análise do processo de transnacionalização de movimentos sociais rurais, visando identificar quais os fatores responsáveis pela emergência de uma rede de movimentos sociais de camponeses e pequenos e médios agricultores de âmbito global; e para entender como esta rede mantém-se coesa, apesar das enormes diferenças estruturais, sociais e culturais que existem entre as organizações que dela fazem parte.

4.1.

O processo de transnacionalização de movimentos sociais rurais

Edelman (2003) desenvolveu uma pesquisa histórica cujo resultado revela que o processo de transnacionalização de movimentos sociais rurais remonta ao

fim do século XIX e início do XX, e segue a mesma tendência evidenciada em outros movimentos sociais.

Algumas das associações existentes perduram até nossos dias, como a Associated Country Women of the World (ACWW), considerada pelo autor, um exemplo característico das primeiras organizações transnacionais rurais do início do século XX, por refletir o perfil eclético e elitista das organizações transnacionais rurais da época.

A ACWW desenvolveu-se, ao longo dos anos 1920, a partir do encontro entre dois movimentos sociais de mulheres, o International Council of Women (ICW) – uma organização norte-americana, fundada em 1888, por mulheres em luta pela conquista do sufrágio feminino – e a Women's Institute (WI) – criada em 1890, no Canadá, em auxílio ao Programa de Extensão do Instituto de Agricultores e que se estendeu aos Estados Unidos, Inglaterra e a outras colônias britânicas. A ACWW é fruto de um processo iniciado em 1913 (quando são estabelecidas as primeiras relações entre a WI e a ICW) e concluído em 1933, em um encontro internacional da ICW, em Estocolmo, quando esta é transformada na Associated Country Women of the World (ACWW).

A ACWW trabalhou ativamente junto à Liga das Nações e, logo após a criação da ONU, adquiriu *status* consultivo, junto a várias de suas agências. Na atualidade, a ACWW tem se dedicado a projetos de desenvolvimento e geração de renda e atuado em fóruns internacionais, em defesa dos direitos das mulheres. Na opinião de Edelman (2003), apesar da abertura da ACWW à participação de mulheres dos países em desenvolvimento, a organização nunca ultrapassou as suas raízes britânicas, como demonstraria o fato de suas convenções ainda serem exclusivamente realizadas em inglês, sem serviço de tradução.

Um outro exemplo, trazido por este autor, seria a iniciativa das Missões Agrícolas, fundadas em 1930 por líderes religiosos e decanos de colégios agrícolas. Durante as suas primeiras quarenta décadas, a ênfase destas missões foi na assistência técnica e evangelização de grupos rurais; na década de 1970, sob influência do movimento da Teologia da Libertação, as Missões mudaram seu foco para a ajuda aos pobres e a luta anticolonialista, o que fez com que se aproximassem dos movimentos de base e viessem a abraçar causas como o acesso à terra.

Conforme Edelman (2003), a nova orientação das Missões Agrícolas facilitou a cooperação transnacional entre ativistas, camponeses e agricultores, dos países desenvolvidos e em desenvolvimento, como ilustra, o “Education for Rural Justice Tour”, um evento educacional organizado pelas Missões, durante três semanas do ano de 2002, em dez estados norte-americanos, e que contou com a presença de camponeses do México, Brasil e Venezuela.

A International Farmers and Agricultural Producers (IFAP) é uma terceira organização internacional de agricultores atuante até hoje, e que data de antes da globalização. A IFAP foi formada por algumas das maiores organizações de agricultores do mundo, em 1946, em reação ao contexto pós II Guerra Mundial, no qual, as relações internacionais estavam tornando-se mais institucionalizadas. A criação da ONU e de algumas de suas principais agências – dentre elas a FAO – estimulou a organização inglesa, British National Farmer’s, a convocar representantes de organizações de agricultores de outros 30 países a engajarem-se em uma proposta de cooperação internacional, na intenção de ter representatividade junto ao novo sistema de instituições (Edelman, 2003).

Esta iniciativa culminou na IFAP, gerada com dois principais objetivos: trabalhar no sentido de assegurar a segurança alimentar e nutricional para o mundo e garantir um padrão mínimo de qualidade de vida para as famílias de agricultores (IFAP, 2005). Em função das mudanças ocorridas nas políticas de comércio agrícola internacional, a IFAP foi alterando gradualmente o seu objetivo principal. De 1960 até 1980, esta organização esteve voltada a influenciar as propostas de acordos internacionais de *commodity* e, a partir de 1980, passou a ter como objetivo principal, influenciar as regras comerciais para a agricultura (IFAP, 2005).

Dentre as associações transnacionais rurais até aqui mencionadas, a IFAP é a que mais nos interessa devido à sua importância para a Via Campesina, de forma que voltaremos a este tema, ao longo deste capítulo.

Como constatamos, a tendência à formação de movimentos sociais rurais com perfil transnacional, não foi motivada apenas pela globalização, mas de acordo com Edelman, a crise agrícola da década de 1970-1980 foi o principal estímulo à intensificação deste processo. Como já visto no capítulo sobre a globalização neoliberal, esta crise teve início na década de 1970 como parte de um

contexto mais amplo, que engloba a crise do petróleo e a falência do sistema de Bretton Woods.

Essa crise agrícola favoreceu a concentração da produção e recursos produtivos na mão de poucas grandes transnacionais e levou à adoção das novas políticas internacionais para a agricultura. Este conjunto de fatores teriam sido as principais motivações às reações de organizações sociais rurais, que variaram do protecionismo à formação de Transnational Networks (TNs) e de movimentos sociais transnacionais (Edelman, 2003).

Nos Estados Unidos, a crise agrícola mundial, somada à suspensão da venda de grãos à União Soviética (em razão da invasão russa ao Afeganistão) teria inviabilizado a continuidade dos programas de financiamento agrícola, levando movimentos de agricultores a reações protecionistas, como a “farm Gates defences”: tática que não era usada desde a Depressão de 1930. Também na Europa, os protestos transnacionais de agricultores – no período compreendido entre 1992 a 1997 – não teriam, em sua maioria, objetivos solidários, mas metas nacionalistas e protecionistas (Edelman).

Para este autor, o processo de regionalização da década de 1980 e o fortalecimento das instituições econômicas multilaterais – a partir da criação da OMC e das mudanças no perfil e objetivos das outras duas instituições, o FMI e o Banco Mundial – foram os fatores que colaboraram para que grupos e movimentos sociais rurais passassem a estabelecer entre si, um tipo de ativismo social transnacional verdadeiramente solidário.

Dentre as organizações camponesas que se formaram em reação à globalização neoliberal, muitas vieram a fazer parte da Via Campesina, dentre elas, a organização regional centro-americana: Associação Centro-americana de Organizações Camponesas para a Cooperação e Desenvolvimento (ASOCODE) e a organização regional latino-americana: Coordenação Latina de Organizações Camponesas (CLOC) (Edelman).

De acordo com Edelman (1998), a formação da ASOCODE está indiretamente vinculada aos investimentos da Europa, na América Central, na década de 1980. Como parte destes investimentos, o Comitê de Apoio ao Desenvolvimento Econômico e Social da América Central (CADESCA) criou um Programa de Formação em Segurança Alimentar (PFSA), que tinha como objetivo

capacitar lideranças camponesas para participarem na formulação de políticas e debates em torno do tema da segurança alimentar.

Estes seminários, ao criarem a oportunidade para que ativistas debatessem e conhecessem as realidades uns dos outros, favoreceram a formação de alianças entre os grupos sociais rurais dos diversos países. No processo de interação, os ativistas puderam perceber que os principais desafios que enfrentavam, naquele momento, tinham a mesma origem: os programas de ajuste estrutural implementados nos países da América Central. E favorecidos por este intercâmbio, em 1991, um grupo de camponeses criou a ASOCODE.

A Coordenação Latina de Organizações Camponesas (CLOC) teria sido formada em 1994, motivada pela oposição ao neoliberalismo e contra o embargo norte-americano a Cuba (Edelman, 2003). Quase todos os membros latino-americanos da CLOC eram também membros da Via Campesina (que data de 1992) e Já nos seus primeiros tempos, a CLOC alinhou-se às campanhas da Via Campesina, em defesa da segurança alimentar, em favor da reforma agrária e em defesa dos direitos dos indígenas. Juntas, as duas organizações contribuíram para a formação de outros movimentos sociais rurais importantes na América Latina, como o *Grito de los Excluidos*.

Edelman (2003), Desmarais (2003) e Borras (2004) concordam que a globalização neoliberal foi a principal motivação ao processo de transnacionalização dos movimentos sociais rurais. E de acordo com os autores, as mudanças associadas à globalização neoliberal incidiram de forma decisiva na vida das pessoas do campo, fazendo com que os acordos de livre comércio e os mecanismos de governança supra-estatal passassem a ser o principal foco dos movimentos sociais de camponeses e agricultores.

No entender de Desmarais, em função destes novos desafios, os movimentos sociais rurais tenderam a nacionalizar-se, regionalizar-se e transnacionalizar-se, em busca de novos espaços de negociação e ação coletiva. Já para Borras, a tendência não foi exclusivamente na direção da ampliação de escala. Segundo este autor, as mudanças ocorridas nos padrões de governança alteraram o ambiente institucional (principalmente nos países em desenvolvimento) com o qual os movimentos sociais interagem, criando novos desafios e oportunidades.

Partindo de Fox (2001), Borras afirma que os estados nacionais sofreram uma tripla pressão: ‘de cima’, a partir da globalização, que implicou em que parte do poder de controle do estado fosse cedido a mecanismos de regulação supranacional, como a OMC, o FMI, o Banco Mundial; ‘de baixo’, a partir da descentralização parcial dos poderes políticos, fiscais e administrativos do estado nacional, que passam a ser mais compartilhados entre os governos municipais e estaduais; e ‘pelos lados’, através da privatização de algumas de suas funções, por meio do surgimento de mecanismos de regulação privada.

Consideramos procedentes as colocações de Borras e estas remetem-nos a Scholte (2005). Em sua análise sobre a globalização e as conseqüentes mudanças nos padrões de governança, Scholte afirma que o estado nacional continua sendo o principal ator político do sistema internacional, mas salienta que a emergência de um tipo de governança policêntrica implicou em uma diminuição do poder do estado, por conta do compartilhamento da governança entre o governo nacional e instâncias sub-nacionais, supranacionais e privadas; destacando o papel, neste processo das organizações econômicas multilaterais, dos acordos de integração regional, dos mecanismos regulatórios privados e dos governos municipais e estaduais¹.

De acordo com Borras, a emergência de uma governança policêntrica² gerou um efeito contraditório, que fez com que os movimentos sociais rurais tendessem simultaneamente à ampliação de escala e à localização, levando ao surgimento de movimentos sociais igualmente policêntricos; dentre os quais, o autor inclui a Via Campesina. Em resposta à descentralização do estado, estes movimentos teriam tendido à localização, enquanto, simultaneamente internacionalizavam seus movimentos, campanhas, *lobbies* e ações coletivas em resposta à globalização, sem com isso perder o seu caráter nacional (Borras, 2003, p.4).

Consideramos que os argumentos de Borras fortaleçam a opção de definir a Via Campesina pelo conceito de Movimento Social Transnacional de Eschle & Stammers (2004). Como visto³, Eschle e Stammers defendem que uma rede transnacional de atores sociais só pode ser considerada como um movimento social, quando mantém sua relação com a base. No entender dos autores, esta

¹ Consultar o capítulo 2 desta dissertação.

² Policêntrico, neste caso, significa “redes coordenativas, com vários centros de poder localizados em diferentes níveis: internacional, regional, nacional e local” (Borras, 2004, p.4).

³ Consultar o capítulo 2 desta dissertação.

relação não implica na homogeneização dos movimentos sociais locais, que embora troquem entre si e influenciem-se mutuamente, tendem a reforçar as suas características singulares.

Cabe agora questionarmos, quais teriam sido as principais motivações para as tendências sofridas pelas organizações de agricultores, no pós década de 1980-1990. Tanto Edelman, como Borras e Desmarais destacam a globalização neoliberal e os seus impactos nas esferas de produção e governança, como os principais motores a gerarem estas transformações.

Mas, como já visto no capítulo 3 desta dissertação, adotamos a noção de globalização de Scholte (2005), segundo quem, a globalização é mais complexa, não podendo ser reduzida apenas a estes aspectos. Segundo a abordagem do autor, a globalização é, também, fruto e motor para mudanças nas esferas de identidade e conhecimento que, associadas às mudanças nas esferas de governança e produção, implicaram na re-configuração do espaço social, caracterizado na contemporaneidade pela ‘supraterritorialidade’ (Scholte, 2005).

Estas mudanças teriam alterado o padrão de relacionamento e troca entre pessoas de altas esferas sociais (além de governos e empresas), mas também entre atores desprivilegiados econômica e politicamente, como camponeses, pequenos agricultores, indígenas, e até dos que vivem à margem, como os ‘moradores de rua’ (Bongiovani, 2005).

As mudanças nos padrões de relacionamento, por sua vez, favoreceram a ocorrência de mudanças nos padrões de identidade, favorecendo alianças entre pessoas de origens geográficas e compromissos ideológicos diversos, apoiadas em uma causa comum, como a oposição ao neoliberalismo e a luta pela justiça social.

Ainda segundo Scholte, o padrão de conhecimento que sustenta a globalização neoliberal seria o racionalismo moderno, que supervaloriza os avanços tecnológicos e científicos, tendo em vista o aumento constante da produtividade. Mas, conseqüências destes mesmos avanços – como a degradação do meio-ambiente e a falência das políticas econômicas globais, em sua missão de gerar progresso e equidade social, em nível mundial – levaram ao questionamento deste padrão por atores da sociedade civil, cientistas, políticos e até técnicos ligados aos mecanismos de governança global. O que pensamos ter favorecido a relevância que veio a adquirir o conceito de Soberania Alimentar, inicialmente proposto pela Via Campesina.

Ao concluir-se este item, pode-se conferir, a partir desta breve análise histórica que, apesar da transnacionalização de movimentos sociais rurais não ser recente, a intensificação deste processo estaria estreitamente vinculada à globalização, levando-se em conta as mudanças nas áreas de produção, governança, identidade e conhecimento que favoreceram tanto a hegemonia da política neoliberal, como a reação social a ela. Foi visto que o processo de globalização estimulou a formação de movimentos sociais de caráter local, nacional, regional e transnacional, que tendem a complementar-se e a reforçar-se mutuamente. O que levou igualmente à constatação que a Via Campesina não teria sido a única rede transnacional de agricultores e camponeses a surgir em reação à globalização neoliberal, mas de acordo com Edelman (2003), Desmarais (2002) e Borras (2004), é a maior e a única com perfil global.

4.2.

A gênese da Rede de Movimentos Sociais Via Campesina

Desmarais e Edelman sustentam que um fator fundamental, para a formação da Via Campesina, foi a relação pregressa entre ativistas de organizações rurais do norte e do sul, durante a década de 1980. Edelman (2003) considera as campanhas contra o GATT, que envolveram ativistas de movimentos sociais rurais das Américas, Europa e Ásia, como os maiores ímpetus à formação da rede. E Desmarais (2003) destaca como fatores fundamentais para a deflagração deste processo, os projetos comuns e o intenso intercâmbio entre organizações de agricultores da América Latina, Europa e América do Norte.

Ao longo da pesquisa, conferimos que estes não foram processos isolados, estão intimamente vinculados às mudanças na natureza da governança global da economia e ao viés neoliberalizante adotado nas políticas agrícolas mundiais, a partir dos anos 1980. Durante esta década, ocorreu um movimento de aproximação entre organizações de agricultores da Europa e da América do Norte e entre elas e organizações de outros lugares do mundo, principalmente da América Latina. Pode-se inferir que esta aproximação deu-se de duas formas principais: por iniciativa de organizações locais, que buscaram empreender relações transmundiais com organizações locais de outros países; e durante

eventos, como os protestos e coalizões contra o GATT e o NAFTA, que reuniram organizações rurais de várias procedências, em torno de um mesmo objetivo.

A Confédération Nationale des Syndicats de Travailleurs Paysans (CNSTP), da França e a National Farmers Union (NFU) do Canadá são exemplos de organizações locais que desenvolveram projetos comuns com organizações de outros lugares do mundo, durante os 1980 (Desmarais, 2002).

A CNSTP estabeleceu relações bilaterais com vários movimentos sociais das Américas, tendo como objetivo analisar os efeitos das Políticas Comuns para a Agricultura em outros lugares além da Europa, chegando a criar uma comissão específica para consolidar estas relações: a Solidarité et Luttres Paysannes Internationales (SLPI). Dentre os movimentos sociais com os quais estabeleceu relações constam a União Nacional de Agricultores e Vaqueiros (UNAG) da Nicarágua; a União Nacional de Organizações Regionais Camponesas Autônomas (UNORCA) do México; a National Family Farm Coalition (NFFC) dos Estados Unidos e a Confederação Camponesa do Peru (CCP).

A National Farmers Union (NFU), criada em 1969, poderia ser considerada uma organização-chave no processo de transnacionalização de movimentos sociais rurais, por ter inaugurado um programa de trocas internacionais, desde a sua gênese. Durante os 1970, a organização participou de encontros com organizações rurais da Europa, estabeleceu relações com a China e participou de encontros da FAO. Na década de 1980, desenvolveu vários programas de cooperação transnacional com organizações da América Latina e Caribe, estabeleceu relações com organizações das Filipinas e tomou a frente na luta contra o NAFTA e o GATT (Edelman, 2003).

Na América Latina, a NFU empreendeu várias iniciativas, dentre elas, um programa de intercâmbio juvenil – desenvolvido em conjunto com a Windward Island Farmer's Association (WINFA) do Caribe – voltado à capacitação técnica e formação de lideranças de jovens de ambas as organizações. E junto à UNAG da Nicarágua, desenvolveu um projeto voltado à mulher camponesa que incluía intercâmbios e encontros bianuais entre ativistas de ambas as organizações. Além deste programas, a NFU estabeleceu ainda contatos com organizações rurais de países como Nicarágua, China e Moçambique (Desmarais, 2003).

Edelman (2003) acredita que as campanhas contra o GATT, que reuniram ativistas da Europa, Américas e Ásia, foram os eventos-chave para estimular a

formação da Via Campesina porque, nestas oportunidades, organizações rurais do norte e do sul superaram as suas diferenças, empreendendo uma ação concertada, em pró de uma meta comum: colaborar para o fracasso das negociações do GATT, percebidas como uma política prejudicial para o conjunto de pequenos agricultores e camponeses do mundo todo.

De acordo com o autor, em 1987, um grupo de mais de 50 ativistas rurais, provenientes da Europa, América do Norte e Japão, encontraram-se em Genebra para discutirem as negociações do GATT. Ao fim deste encontro, lançaram uma Carta de Princípios – distribuída para organizações de agricultores de todo o mundo – contendo propostas relacionadas à restauração dos preços mundiais de produtos agrícolas e a divisões de mercado.

Pode-se deduzir que estes esforços conjuntos contribuíram para a formação, em 1990, de uma coalizão composta de pequenos produtores rurais, ambientalistas e consumidores, que reuniram-se em Genebra para protestar contra o GATT, o que, de acordo com Edelman (2003), fortaleceu os delegados de países em desenvolvimento que tinham objeções ao acordo, encorajando-os a não ceder e manter as suas posições, colaborando assim para que a Rodada de Doha não fosse concluída, naquele ano, como era o esperado. Dessa coalizão social, participaram trinta mil agricultores, sendo cem da América do Norte, duzentos do Japão e os outros da Coreia, África e América Latina. Na sequência aos protestos em Genebra, foram organizados protestos de agricultores contra o GATT nos Estados Unidos e Canadá (Edelman, 2003).

Em 1991, apesar dos Estados Unidos e Europa defenderem posições opostas nas negociações do GATT, a Coordenação Europeia de Agricultores (EFC) e a organização norte-americana US National Family Farm Coalition unem-se no lançamento de um comunicado conjunto, que propunha reformas ao Programa de Política Agrícola Comum (CAP) da Comunidade Comum Europeia. Os pequenos produtores rurais europeus demandavam uma reforma da CAP, por considerarem-na benéfica apenas para o agronegócio e, nesta luta, conseguem a adesão dos agricultores norte-americanos, que responsabilizavam esta política pela falência de um quinto dos agricultores de seu país, durante os 1980 (Edelman, 2003).

Em 1992, dez mil ativistas da Europa, Japão, Coreia do Sul, América Latina e Canadá voltam a reunir-se em Genebra e Estrasburgo para novamente protestarem contra as negociações do GATT e, em 1993, agricultores da Europa,

Canadá, Estados Unidos, Japão e Índia reúnem-se em Genebra, com a mesma intenção.

É possível considerar que, além das reações ao GATT, os protestos contra as grandes empresas transnacionais do agronegócio – principalmente as ligadas à produção e comercialização de transgênicos – também foram um fator que colaborou para a união de ativistas rurais. Porque embora esta reação tenha tomado proporções realmente transnacionais apenas mais recentemente, ações de organizações de agricultores, em favor da manutenção do *status* público dos recursos genéticos e contra as transnacionais dos transgênicos, datam da década de 1980.

Em 1981, a National Farmers Union (NFU), do Canadá, representou um *lobby* na Conferência da FAO em Roma, em favor da conservação dos recursos genéticos (Edelman, 2003); na Europa, a França é pioneira na reação à agricultura transgênica, vinculando-a ao conceito de “comida ruim” e à ameaça à cultura francesa (Heller, 2001; Bové e Dufour, 2000). A questão da “propriedade intelectual sobre formas de vida” é também uma questão sensível para a Índia e suas reações ao GATT estão intimamente relacionadas à problemática das TRIPS (Edelman, 2003).

Um exemplo de ação transnacional de movimentos sociais contra as multinacionais dos transgênicos, que vale ser mencionado, seria o evento que envolveu ativistas da França e da Índia em uma ação conjunta na Europa. Em 1999, a EFC coordenou a formação de uma caravana, que partiu da Índia para a Europa, com a intenção de protestar contra o controle corporativo das sementes por parte da Monsanto e contra a liberalização da agricultura pela OMC. Esta mesma coalizão invadiu uma estufa de arroz transgênico, em *Montpelier*, na França, destruindo mudas que estavam destinadas ao replantio em uma reserva natural (Heller, 2001; Edelman, 2003).

No entender de Desmarais (2003) e Edelman, a criação de uma rede de movimentos sociais com o perfil da Via Campesina só foi possível, devido à intensa relação pregressa entre ativistas do norte e do sul que acabamos de testemunhar. Estes contatos não só estreitaram os laços entre estas organizações, como favoreceram que, no contexto da globalização, camponeses e pequenos agricultores do norte e do sul, assim como norte-americanos e europeus, percebessem que enfrentavam problemáticas comuns que, pela sua origem

internacional, demandavam a construção de uma solução solidária em nível transnacional.

Referindo-se especificamente à Via Campesina, Desmarais, Edelman e Borrás (2004) apontam a rejeição explícita à globalização neoliberal e a convicção de que as necessidades, questões e interesses das pessoas que ‘trabalham a terra’ estavam completamente excluídos das negociações do GATT, como as principais motivações à criação da rede.

Até a criação da Via Campesina, a IFAP era o único canal disponível para que movimentos sociais rurais canalizassem suas demandas para as organizações internacionais. E como pôde se constatar, apesar da FAO (200?) considerar a IFAP como “uma organização associativa que congrega organizações nacionais de agricultores familiares de todo o mundo”, é sabido que esta é uma organização de perfil conformista com amplo acesso à OMC (Scholte, 2005). Ter ciência deste fato, auxiliou-nos a compreender porque lideranças da Via Campesina acusam a IFAP de ser dominada pelas suas organizações economicamente mais poderosas e de atuar prioritariamente em pró dos interesses do agronegócio (Desmarais, 2003a; Borrás, 2004).

Inferimos que a noção que camponeses e pequenos agricultores, do norte e do sul, tinham da IFAP, induziu-os à buscar uma alternativa, através da qual pudessem canalizar as suas demandas e se fazer ouvir pelos organismos responsáveis pela definição de políticas e normas internacionais relacionadas à agricultura.

Em uma entrevista concedida à revista Biodiversidad (publicada pela Grain), Francisca Rodrigues (2003), uma das líderes da Via Campesina, apresenta o ponto de vista dos camponeses envolvidos em sua concepção.

O clamor era pelo estabelecimento de um movimento camponês, um movimento de famílias camponesas. [...]um convite à criação de uma alternativa ao modelo econômico existente, no qual, nós, como camponeses, iríamos criar a nova estrutura (Rodrigues, 2003).

Os líderes da Via Campesina, Rafael Alegria e Paul Nicholson expõem o que levou agricultores, de países desenvolvidos e em desenvolvimento, a engajarem-se em uma proposta comum, apesar dos seus respectivos governos

estarem se digladiando nas disputas sobre comércio agrícola travadas no GATT e posteriormente, na OMC.

Nas palavras dos ativistas:

Mesmo que a marginalização tome feições diferentes de acordo com as regiões do mundo, os mesmos conflitos de interesse se apresentam nos países industrializados e nos países ditos em desenvolvimento; de um lado, uma grande massa de população marginalizada, que defende a sua cultura e seu direito a viver decentemente; de outro, uma minoria que impulsiona os seus mega projetos econômicos, em nome do “livre” comércio internacional, e coloca em concorrência todos os habitantes do planeta, em lugar de criar entre eles, laços de cooperação e solidariedade (Alegria e Nicholson, prefácio, 2002).

Dentro deste contexto, em 1992, um grupo de 8 organizações camponesas da América Central, América do Norte e Europa encontrou-se em Manágua, durante o Congresso da União Nacional de Agricultores e Criadores de Gado (UNAG)⁴ e junto com a ONG holandesa, Paulo Freire Stichting⁵ (PFS) desenvolveram a idéia de criar um movimento social global de pequenos agricultores e camponeses.

Pensamos que a oportunidade destes ativistas estarem em contato, trocando experiências e debatendo os seus problemas, foram fatores fundamentais para o surgimento da Via Campesina, assim como o foram para a formação da ASOCODE.

De acordo com Desmarais (2003), na sua gênese, o perfil da Via Campesina ainda não estava definido. A PFS concebia-a como um projeto político – que teria como objetivo influenciar políticas governamentais e alocação de recursos em projetos do interesse de camponeses – e como um programa de pesquisa – que deveria operar de forma coordenada com centros de estudo voltados às prioridades dos agricultores –. Mas, como colocado por esta autora e Borrás (2004), este projeto não atendia a expectativa da maioria das lideranças camponesas, que demandavam a criação de uma organização que tivesse como objetivo, desafiar o modelo de desenvolvimento neoliberal dominante. Outro

⁴ Apesar da Via Campesina ter sido criada em um evento desta organização, ela não faz parte da Via Campesina e sim da IFAP.

⁵ Fundação dedicada aos problemas da terra, fornece informação sistematizada sobre o tema, inspirada na obra de Paulo Freire. Em seus programas de cooperação promove intercâmbios entre trabalhadores rurais Europeus e Latino-americanos. Publica a revista para Cooperação Agrária Mundial "Intercâmbio". (<http://www.ppbr.com/ipf/legado.html>)

ponto de atrito teria sido em relação à participação da IFAP na Via Campesina: enquanto os movimentos rurais e camponeses eram radicalmente contra esta participação, a PFS defendia a inserção da IFAP no novo projeto (Desmarais, 2003).

Refletindo sobre a “razão de ser” da Via Campesina, as lideranças camponesas teriam concluído que esta seria a oportunidade para a criação de um movimento social liderado e conduzido por camponeses e pequenos agricultores, através do qual pudessem falar por si mesmos, sem a intermediação de ONGs ou outros atores, o que levou-os a avaliar o papel e a participação da FFS dentro da nova associação (Desmarais).

Em consequência destes questionamentos, já ao final do primeiro encontro em Manágua, ficou decidido pelas lideranças camponesas que a PFS não teria o mesmo *status* que as suas organizações, devendo trabalhar de forma subordinada ao comitê de coordenação – o ECODEM – na função de Secretariado Técnico da Via Campesina. Esta posição não atendeu as expectativas da PFS e, em 1994, a ONG decide abandonar a Via Campesina (Desmarais).

A partir do que afirma a autora, é possível inferir que, enquanto a PFS tinha para a Via Campesina uma proposta reformista, concebendo a nova organização como uma estrutura de ação dentro dos mecanismos de governança global existentes; os líderes dos movimentos camponeses tinham para a Via Campesina uma proposta transformadora, percebendo-a como a oportunidade para a concepção de um modelo alternativo de desenvolvimento, criado sem a interferência de ONGs e a partir da análise coletiva, ação conjunta, e solidariedade entre camponeses e pequenos agricultores, do Norte e do Sul.

De acordo com Desmarais, as relações entre ONGs e organizações populares e rurais nunca foram de simples administração, e parte deste conflito seria devido à diferença estrutural entre os dois tipos de organização, que estabelece uma relação de poder entre as ONGS e as organizações rurais. Enquanto as ONGS costumam dispor de suporte técnico e financeiro e de uma equipe formada por funcionários com alta capacitação técnica, formação superior e proficiente em línguas, as organizações rurais e camponesas, em geral, sofrem com a falta de equipe e a escassez de recursos. Muitas ONGS aproveitar-se-iam da aproximação com movimentos camponeses para a realização de suas próprias metas, cooptando seus líderes e enfraquecendo o próprio movimento. E mesmo as

ONGS, que aceitam dividir o espaço com os movimentos rurais e reconhecem a importância de trabalhar junto com os camponeses, teriam a tendência de adotar uma postura controladora ou superior a estes, colocando as lideranças camponesas em uma posição de segunda ordem.

A experiência da Via Campesina com a PFS teria levado as lideranças camponesas a perceberem a necessidade de conquistar e consolidar o espaço da Via Campesina como a voz camponesa no sistema internacional, para só depois vir a trabalhar em parceria com ONGs.

Em consequência, a Via Campesina dedicou o primeiro ano de sua existência a fortalecer a relação com movimentos sociais rurais locais. Na Europa, a Coordination Paysanne Européenne (CPE), organização responsável pela região, aproveitou a oportunidade dos protestos contra o GATT⁶, para estreitar laços com organizações sociais rurais presentes em Genebra. Enquanto, paralelamente, as organizações da América do Norte, Caribe e América Central organizaram um encontro em *Tegucigalpa*, que culminou no estabelecimento de um plano de ação dividindo as tarefas coordenativas da rede, entre as áreas de línguas hispânica e inglesa.

Estes esforços surtiram resultados e, em maio de 1993, realizou-se na Bélgica, a Primeira Conferência Internacional do grupo⁷ ocasião em que se constituiu como rede transnacional de movimentos sociais e definiu as suas estruturas e primeiras linhas estratégicas de trabalho. A segunda conferência da Via Campesina foi realizada em abril de 1996, no México, e nela estiveram presentes 69 organizações representando camponeses, pequenos e médios agricultores de 37 países diferentes, discutindo os seguintes temas e questões: reforma agrária, crédito e dívida externa, tecnologia, participação das mulheres, desenvolvimento rural e soberania alimentar (Via Campesina, 2005).

Até o ano de 2006 foram realizadas mais duas conferências internacionais: a terceira em 2000, em *Bangalore* na Índia, e a quarta em 2004, em Itací, no Brasil. Consideramos que as Conferências Internacionais sejam os principais eventos da Via Campesina, porque neles são tomadas resoluções, definidos posicionamentos

⁶ A ação da Via Campesina contra o GATT em Genebra será vista em mais detalhes no capítulo relativo à ação da Via Campesina contra a OMC.

⁷ As outras Conferências Internacionais da rede serão analisadas, mas a frente, ainda neste capítulo.

e lançadas campanhas, de forma que voltaremos a analisá-los, ainda neste capítulo.

Por tudo o que foi visto, pode-se considerar que as principais motivações à formação da Via Campesina tenham sido as seguintes. Em primeiro lugar, a mudança institucional na governança global da economia, que conferiu mais poder às organizações econômicas multilaterais, as quais, por sua vez, passaram a prescrever políticas padronizadas para quase todos os países, tendo como parâmetro o neoliberalismo e como meta principal, a liberalização total do comércio. Este contexto teria gerado problemas comuns para os camponeses de todo o mundo, que vieram a perceber a necessidade de desenvolver uma solução conjunta, em nível transnacional, para influenciar políticas que estavam sendo definidas em nível internacional.

Em segundo lugar, a importância para a formação da rede, da relação pregressa entre organizações e movimentos sociais rurais, do norte e do sul. A interação entre estas organizações favoreceu a percepção de que, apesar das diferenças sociais, culturais, regionais, nacionais e locais, as mesmas compartilhavam de uma identidade comum e que, em seu conjunto, não tinham os seus interesses representados junto ao novo sistema de instituições. Já que a IFAP seria percebida pela rede como a representante do agronegócio.

4.3.

A Via Campesina: um ator e uma arena de ação

Depois de investigada a gênese da Via Campesina, pretende-se explorar a sua natureza, analisar a sua identidade, esclarecer como se estrutura e avaliar os processos de criação de consenso e estabelecimento de metas, objetivos e estratégias da rede.

De acordo com o próprio movimento:

A Via Campesina é um movimento internacional que coordena movimentos e organizações de camponeses, pequenos e médios produtores rurais, comunidades indígenas, comunidades de artesãos e agricultores, cuja missão é defender o interesse básico do conjunto destes setores. É um movimento autônomo e pluralista, independente de qualquer filiação, seja econômica, política ou de qualquer outro tipo. É composta de organizações nacionais e regionais,

representativas de organizações indígenas e de comunidades e trabalhadores rurais, cuja autonomia será plenamente respeitada (Via Campesina, 2005a)

Segundo Desmarais (2002):

A Via Campesina é “um movimento global que reúne organizações de camponeses, agricultores de pequena e média escala, mulheres rurais, agricultores e comunidades agrárias e indígenas na Ásia, Américas, Europa ocidental, leste europeu e África” (p.94).

E no entender da FAO (2006), “a Via Campesina é um movimento social internacional de camponeses, camponeses sem terra, agricultores de pequena escala, trabalhadores agrícolas, indígenas e mulheres rurais”.

Estas definições têm em comum o fato de descreverem, mas não explicarem a Via Campesina. De todas as definições por nós acessadas, consideramos que a de Borrás (2003) seja a que melhor captura a natureza e complexidade da rede.

De acordo com este autor, a Via Campesina tem uma característica dual, sendo simultaneamente um ator e uma arena de ação. Borrás sustenta sua tese afirmando que, como ator, a Via Campesina representa a voz e os interesses camponeses junto ao sistema internacional e, como arena, a Via Campesina é o espaço no qual os diversos grupos sociais e atores (nacionais, regionais e sub-nacionais), que dela fazem parte, negociam e estabelecem metas, objetivos e campanhas comuns, fortalecendo-se mutuamente.

Este caráter dual faz com que o autor a considere como um tipo de ‘instituição’, conceituada aqui “de forma ampla e aberta, como um corpo de ‘regras’ que media a interação entre diversos atores e entre atores e estruturas existentes” (Borrás, 2004, p.5).

Esta ‘instituição’ teria sido constituída por movimentos sociais camponeses para defender os seus interesses e para os “de fora da rede” (outros movimentos sociais, ONGs e instituições internacionais) seria percebida como uma entidade interessante – embora complexa de entender – com a qual têm de lidar e interagir (Borrás).

Para nós, o caráter dual revelado por Borrás faz com que a Via Campesina possa ser considerada parte da Sociedade Civil como conceituada por Scholte

(2004). Como já visto, segundo esta definição, a sociedade civil é um espaço político – arena – no qual, associações voluntárias – ator – procuram, fora da política partidária, influenciar as regras formais e informais que governam a vida social.

Outro aspecto importante da definição de Borras é considerar a Via Campesina como um tipo de instituição, apesar de sua estrutura descentralizada e não-hierarquica. Esta abordagem facilita o entendimento da estrutura da rede e ajuda a revelar as tensões envolvidas nos processos de construção de identidade e consenso, que influenciam na definição de suas posições e metas.

Conforme já dito, consideramos a Via Campesina como parte dos novos movimentos sociais alter-mundialistas. Justificamos esta colocação apoiados nos dados que acessamos em nossa pesquisa e nas considerações de Desmarais (2003); Edelman (2003) e Borras (2003).

Ao analisar os movimentos sociais rurais surgidos em resposta à globalização, Edelman (1998) coloca que:

Os movimentos camponeses contemporâneos compartilham a identidade de classe dos ‘antigos movimentos sociais’ com a preocupação em atingir mudanças nas políticas de estados individuais, incorporando, ainda, os focos na identidade e na especificidade cultural próprios dos ‘novos movimentos sociais’ (p.50).

A avaliação de Edelman revela parte da complexidade implícita na identidade da Via Campesina. A diferença da Via Campesina relativamente aos antigos movimentos sociais rurais seria o fato de a rede incorporar uma variedade de atores, que não cabem em uma definição de classe tradicional. A diversidade que compõe a Via Campesina inclui camponeses da África, pequenos e médios agricultores do Canadá, Sem-terras do Brasil, indígenas e até pescadores e pastores, que são abarcados pelo conceito contemporâneo de camponês, que está relacionado à noção de ‘território’ e não mais exclusivamente à noção de ‘terra’.

A discussão acerca de território seria cada vez mais presente na Via Campesina e nas discussões sobre reforma agrária. Este conceito, por ir além do acesso à ‘terra’ e englobar o ‘lugar’ – que não pode ser legitimamente delimitado por fronteiras geopolíticas ou definido pela propriedade privada – pode comportar nômades, coletores, pescadores, índios e artesãos, que não trabalham diretamente

a terra, mas dependem do território para a sobrevivência das suas respectivas sociedades.

De acordo com Desmarais (2003), Edelman (2003) e Borras (2003), a construção de um “nós”, coletivo, que represente a posição unificada da Via Campesina – uma rede com uma composição assaz heterogênea, tanto em termos geográficos quanto em tipos de atores – não foi (como ainda não é) um processo simples.

Este processo teria sido favorecido pela relação pregressa entre ativistas do norte e do sul, que permitiu a estes grupos identificarem interesses comuns, ao ponto de superarem as enormes diferenças culturais, nacionais e regionais existentes e consolidarem uma identidade coletiva como ‘camponês’ ou ‘pessoas da terra’ (Desmarais; Edelman, 1998).

De acordo com Edelman, o termo camponês (como categoria analítica) vigorou nos estudos de populações rurais pobres durante três décadas, a partir de 1970. Na década de 1990, muitos pesquisadores tenderam a trocar os ‘Estudos Camponeses’ pelos ‘Estudos Agrários’, na intenção de cobrir a relação entre as populações rurais pobres e outros atores – o que não estaria contemplado pelos Estudos Camponeses –. Em paralelo, ocorreu a tendência de substituição do termo camponês pelo termo agricultor.

Mas, segundo este mesmo autor, o termo camponês vem sendo apropriado e resignificado pelos próprios atores, que vem fazendo o esforço de:

[...]reapropriar o termo ‘camponês’, infundindo-o com um conteúdo novo e positivo, incluindo a celebração do camponês como um sujeito sofisticado, possuidor de valores modernos e projetos políticos. Esta reconceituação faz com que ativistas rurais insistam hoje na equalização de ‘camponês’ e ‘agricultor’ e, em geral, permutem as duas palavras – em conversações, análises escritas e até na denominação de movimentos (Edelman, 2003, p. 187).

Entendemos, a partir de uma declaração da líder canadense da Via Campesina, Nettie Wiebe (Wiebe *apud* Edelman, 2003, p.187), que o termo ‘camponês’ une o agricultor de subsistência ao agricultor modernizado, do Canadá, assim como aos outros atores que formam a Via Campesina. Isto porque o conceito resignificado de camponês passou a representar um sujeito de resistência. Aquele que defende o direito à manutenção de um padrão de vida tradicional (mas não atrasado) baseado em valores diferentes dos neoliberais,

questionando a primazia do lucro, da tecnologia e da individualidade, em relação ao bem estar social, ao conhecimento tradicional e à comunidade.

Nas palavras de Wiebe:

[...]somos ambos camponeses e é a terra e a nossa relação com a terra⁹ e a produção alimentar que nos distingue[...]não somos parte da máquina industrial[...]A linguagem em torno dessa questão interessa porque começa a nos fazer entender que as ‘pessoas da terra’ representam o campesinato de qualquer lugar, os milhares de pequenos agricultores de subsistência, com os quais pensamos ter tão pouco em comum – identifica a eles e a nós. Eles estão sendo expulsos da suas terras e tendo suas identidades e comunidades dizimadas, e nós também estamos sendo recolocados em nossa sociedade (Wiebe *apud* Edelman, 2003, p.187).

Vimos a entender que o conceito de camponês resignificado, além de incorporar a variedade de tipos de atores que trabalham a terra e não se identificam com o modelo de desenvolvimento neoliberal, passou a abranger artesãos, pastores e pescadores, que hoje também fazem parte da Via Campesina.

Resta ainda uma questão: como foi construída esta identidade e como esta consegue se manter íntegra em uma rede de abrangência global e natureza heterogênea como a Via Campesina?

Edelman (2003), Desmarais (2003) e Borrás (2004) afirmam que o amalgama que une este conjunto diverso de atores é a bandeira ampla de oposição ao neoliberalismo e, apesar das diferenças, estas organizações teriam em comum o fato de representarem, em suas respectivas sociedades, setores econômica e politicamente marginalizados, tanto em nível nacional, sub-nacional como internacional.

Edelman e Desmarais salientam também, que a identidade de camponês seria afirmada no desafio aos grupos dominantes, o que nos levou a inferir – apoiados em Hall (2003) e nas declarações de Medeiros (2006) – que esta identidade foi construída e é mantida a partir da alteridade. A necessidade de a Via Campesina afirmar a sua identidade, a partir da negação do outro, justificaria a eleição de alvos – como o McDonalds e a Coca-Cola – que, simbolicamente, representariam o sistema ao qual o conjunto heterogêneo que compõe a rede não pertence e se opõe.

Edelman, assim como Borras, afirma que a definição das agendas e metas da Via Campesina são partes da construção e reconstrução de sua identidade coletiva como ator, refletindo a heterogeneidade de sua composição, em termos geográficos, em tipos de associação e em termos ideológicos.

Os autores atestam, ainda, que para uma organização fazer parte da rede, não seria necessário assumir um compromisso ideológico, alegando que a Via Campesina comporta organizações originárias ou comprometidas com as mais variadas tradições ideológicas: “desde aquelas oriundas de uma estrutura comunista de estado até as de tradição anárquico-sindicalista; desde aquelas com uma procedência amplamente liberal, àquelas provenientes do ativismo ambientalista” (Borras, 2004, p.10). O que viemos a conferir, analisando as organizações partícipes da Via Campesina, cuja lista encontra-se em anexo, nesta dissertação.

Mas, apesar das diferenças em termos de visão de mundo, agenda política e métodos de trabalho, estas organizações teriam em comum a noção compartilhada de que o neoliberalismo é uma ameaça e esta seria a principal divergência entre a IFAP e a Via Campesina. Para a Via Campesina, o neoliberalismo seria um problema a ser superado, enquanto que a IFAP conceberia-o como uma oportunidade de ação, e esta percepção diferenciada refletir-se-ia na relação entre as duas organizações e a OMC (Borras, 2004).

Víamos a entender, que a Via Campesina recusar-se-ia a empreender um diálogo com a instituição, por não acreditar na possibilidade de reforma da OMC; enquanto a IFAP adotaria a participação como a sua principal estratégia, exatamente por ter forte penetração nesta organização multilateral. Por conseguinte, a Via Campesina apela para os protestos e coalizões como forma de relacionamento com a OMC, enquanto a IFAP investe no *lobby*, na pressão e na barganha.

De acordo com a análise empreendida pelos autores, o processo de construção de identidade de ambas as organizações é totalmente diferenciado. A Via Campesina construiria a sua identidade, a partir do reconhecimento, negociação e respeito às diferenças, enquanto que a IFAP buscaria atingir o

⁹ Embora não tenhamos a intenção de aprofundarmo-nos, nesta questão, cabe colocar que o conceito de ‘terra’ vem sendo substituído pelo de ‘território’, imbuído de uma complexidade maior e uma significação mais ampla.

consenso através da imposição da visão de mundo, estrutura, ideologia e posicionamento dos seus membros mais poderosos, o que geraria reflexos na definição de suas respectivas agendas e metas e na forma como se relacionam com as instituições internacionais (Desmarais, 2003; Borras, 2004).

A Via Campesina mostrar-se-ia preocupada com a construção do consenso através do diálogo e da negociação das diferentes identidades e culturas que compõe a rede. E uma prova deste esforço seria a preocupação com o equilíbrio geográfico e de gênero, na composição do órgão supremo da Via Campesina: o Comitê Coordenador Internacional (CCI), o qual é formado por representantes de todas as regiões que fazem parte da rede, sendo um homem e uma mulher para cada região representada. Outro exemplo seria a criação de fóruns específicos sobre temas como a situação das mulheres camponesas (em 2001) e problemas específicos da juventude camponesa (em 2004).

Partindo de Borras (2004), entendemos que a construção do consenso da rede seria parte do processo de construção e reconstrução de sua identidade como *ator*, negociado entre os seus diferentes membros, na *arena* Via Campesina. E que, por este processo de negociação, também são definidas as estratégias adotadas pela rede.

Um exemplo seria a Campanha “OMC fora da agricultura”, fruto de muito diálogo entre os grupos que compõem a rede. Este processo de negociação resultou em uma campanha que não refletiu a posição de seus membros mais influentes, mas uma posição intermediária entre os seus constituintes (Borras).

Com relação à operacionalização das campanhas, Desmarais explica que, embora as ações da rede sejam direcionadas aos níveis: local, nacional, regional e internacional, simultaneamente, o seu processo de construção de alternativas está apoiado em o que as organizações estão realizando em nível local, ou seja, em suas regiões e países.

Ambas as afirmativas colaborariam para justificar a opção por trabalharmos com o conceito de Rede Transnacional de Movimentos Sociais de Eschle e Stammers (2004), segundo quem, em uma rede transnacional de movimentos sociais, a influência é mútua, ocorrendo nos dois sentidos: do local para o global e do global para o local.

No caso da Via Campesina, da mesma forma que os seus posicionamentos e estratégias são frutos da interação e negociação entre os seus diferentes membros,

a rede influencia estas mesmas organizações, como afirma Desmarais (2003a). As diversas estratégias adotadas pelas organizações da Via Campesina, tanto nas suas atuações internacionais quanto nas suas ações locais, seriam fruto da relação de troca entre as suas diversas organizações. Desmarais fornece como exemplo a NFU, do Canadá, que teria sido fortemente influenciada pela Via Campesina em seu posicionamento em relação à OMC e aos geneticamente modificados, sendo que, nesta última questão, a Confédération Paysanné, da França, e a Karnakata Rajya Ryota Sangha (KRRS), da Índia, teriam exercido a principal ascendência.

A Via Campesina está estruturada em forma de rede, não existindo de forma independente das organizações que dela fazem parte. A rede de movimentos sociais não possui sede fixa, sendo a sua equipe efetiva e estrutura, pequenas e descentralizadas. Estas características fazem com que seja dependente das lideranças, ativistas e estrutura das organizações e movimentos sociais que a compõem, e esta dependência encerra aspectos negativos e positivos.

Por um ponto de vista negativo, esta relação deixa a rede vulnerável a sofrer com as conseqüências de disputas internas entre as organizações locais e/ou regionais que dela fazem parte. Um exemplo teria sido a disputa entre o grupo filipino, Kilusang Magbubukid Pilipinas (KMP) e um grupo seu dissidente, a Demokratikong ng Kilusang Magbubukid ng Pilipinas (DKMP). As duas organizações tentaram instrumentalizar a Via Campesina, cada qual em seu favor, prejudicando os trabalhos preparatórios para a II Conferência e para o Fórum Paralelo de ONGs da rede. Ambos os dois encontros deveriam ter sido realizados nas Filipinas, mas por conta deste conflito, terminaram acontecendo no México (Desmarais, 2003).

Por outro lado, constata-se que a Via Campesina necessita manter um vínculo estreito com a base, para manter a sua própria sobrevivência, de forma que não é possível equacioná-la a uma organização formal que toma vida própria e passa a ter como principal objetivo a própria sobrevivência e não mais os interesses de seus constituintes.

4.4.

A estrutura e composição da Via Campesina

Ao pensarmos em uma imagem representativa para uma *rede* de movimentos sociais transnacionais, construímos a seguinte imagem visual: um grande círculo – a Via Campesina – contendo círculos menores – as organizações regionais, compostas de organizações e movimentos sociais locais e nacionais – e círculos ainda menores – os movimentos sociais locais e nacionais. Estas unidades estão interligadas entre si em rede, não respeitando o limite imaginário dos círculos. Portanto, de acordo com a nossa percepção, a Via Campesina é uma rede dinâmica (já que está aberta à inclusão e exclusão de movimentos e/ou redes de movimentos sociais), que estabelece um elo entre estes diferentes movimentos sociais, mas deixa de existir, caso eles também não existam mais.

De acordo com Desmarais (2003), os órgãos mais importantes da estrutura da Via Campesina seriam o Comitê Coordenador Internacional (CCI), formado por representantes de todas as regiões que ela representa e o Secretariado Operacional Internacional (SOI), o órgão que coordena o CCI.

Temos poucas informações sobre os critérios estabelecidos para que uma organização faça parte da rede mas, de acordo com Desmarais e Borrás (2004), um critério categórico seria a organização candidata não fazer parte da IFAP. E como já dito, ao filiar uma organização, a Via Campesina não exige nenhum compromisso político e ideológico, congregando organizações dos mais variados perfis (Edelman, 2003; Borrás, 2004). Mas temos informações de que quando uma organização se candidata a fazer parte da rede, a Via Campesina a manteria sob avaliação durante um período de tempo, considerando se as suas metas, objetivos e estratégias coincidem com os da rede.

Desde a sua concepção, a estrutura e formação da Via Campesina passaram por algumas transformações. No período compreendido entre 1992 e 1996, a estrutura da Via Campesina esteve basicamente apoiada no Comitê Coordenador Internacional (CCI), submetido à época, à coordenação geral do comitê regional da Europa, sob a responsabilidade de Paul Nicholson, representante do país basco (Edelman).

Em 1996, a Via Campesina estabeleceu um Secretariado Operacional Internacional, órgão criado com o objetivo de complementar o trabalho do CCI e

auxiliar na fiscalização do funcionamento do dia-a-dia da rede. O Secretariado Operacional ficou, inicialmente, a cargo da ASOCODE – a organização regional responsável pela América Central – considerada a mais adequada, devido a sua maior experiência com o trabalho transnacional. E a secretaria, propriamente dita, foi delegada à coalizão de Honduras, a cargo de Rafael Alegria que, nomeado Secretário Executivo, instalou a Via Campesina em uma pequena sala de uma das principais coalizões camponesas hondurenhas¹⁰.

Segundo dados publicados, no sítio da Via Campesina, em 2006, a estrutura atual da rede de movimentos sociais está subdividida em 8 diferentes regiões, assim distribuídas: África, América do Norte, América do Sul, leste e sudeste da Ásia, Sul da Ásia, América Central, Cuba e Caribe, e Europa. Cada uma destas regiões conta com dois representantes de movimentos sociais ou organizações de agricultores, sendo um homem e uma mulher para cada região; os representantes regionais vão compor o Comitê Coordenador Internacional (CCI), considerado o mais importante elo entre as várias organizações da rede, o que reflete a preocupação da Via Campesina com a equidade de gênero, entre os representantes do movimento social.

A partir da análise de documentos da Via Campesina, referentes às suas organizações partícipes, pode-se conferir que, no ano de 2006, a rede encontra-se em franco processo de expansão, buscando ampliar a sua penetração na África. Percebe-se, também, que a rede vem sofrendo cada vez mais influência da região do Sul e Sudeste da Ásia; uma mudança, igualmente evidenciada por Desmarais (2003a) e Amin (2004).

De acordo com documentação disponibilizada pela rede, pode-se conferir que o Secretariado Operacional da Via Campesina não está fixado em um país ou região específica, podendo ser redefinido durante as suas Conferências Internacionais. Durante a última Conferência Internacional, realizada em 2004, ficou definido que o Secretariado Internacional passaria para Jacarta, sob a responsabilidade de Henry Saraghi, líder da Federação Camponesa da Indonésia e que a próxima conferência da rede deveria vir a ser realizada em algum país da África (Via Campesina, 2004).

¹⁰ A omissão do nome nos foi imposta por falta da existência de dados.

A lista completa dos movimentos sociais que fazem parte da Via Campesina encontra-se, em anexo, mas consideramos importante incluir no corpo da dissertação, um resumo da sua distribuição regional, para que se possa ter noção de sua penetração nas diferentes regiões do mundo.

De acordo com estes dados, em 2006, a coordenação da África está compartilhada entre a União Nacional de Camponeses (UNAC), de Moçambique, sob a responsabilidade de Diamantino Nhampossa e a CNOP, sob a coordenação de Mariam Seseko. Na África, constam 5 organizações filiadas representando camponeses e agricultores dos seguintes países: Madagascar, Senegal, Mali, África do Sul e Moçambique.

Na América do Norte, a coordenação regional está compartilhada entre a União Nacional de Organizações Regionais Camponesas Autônomas (UNORCA), sob a responsabilidade de Alberto Gomez e a National Farm Coalition (NFFC), do Canadá, sob a responsabilidade de Denna Hoff. Nesta região, a Via Campesina possui 11 organizações filiadas, sendo 8 do México, 2 do Canadá e 1 dos Estados Unidos.

Na América do Sul, a coordenação regional está também a cargo de duas diferentes organizações, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), do Brasil, sendo o coordenador regional o Sr. Egidio Brunetto e a FNMCB, da Bolívia, sob a responsabilidade de Nemesia Achacollo. A Via Campesina possui, na América do Sul, 29 filiados, sendo 4 do Brasil, 3 do Chile, 4 da Colômbia, 5 da Argentina, 2 do Perú, 4 da Bolívia, 2 do Equador, 1 da Venezuela, e 4 do Paraguai.

No leste e sudeste da Ásia, a coordenação regional também está compartilhada entre 2 organizações, sendo uma, a Federation of Indonesia Peasant Union (FSPI), da Indonésia, a cargo de Henry Saragih e a outra, a Korea Women Farmers Association (KWFA), sob a responsabilidade de Yoon Geum Soon. Esta região é a que mais cresceu em número de filiados, desde a última conferência internacional. Segundo dados da Via Campesina, em 2004, eram 11 as filiadas e, em 2006, são 23 as organizações incorporadas à rede. A maioria das 14 novas organizações é da Indonésia e faz parte da KSKBA, uma coalizão de organizações camponesas da região de *Aceh* e Sumatra do Norte, formada em solidariedade às vítimas do Tsunami, nesta região. A KSKBA está sediada em Banda Aceh e é coordenada por Henry Saragih, líder da Via Campesina.

Fora estas 14 novas organizações da Indonésia, os filiados são os mesmos de 2004, distribuídos da seguinte forma: 1 organização da Tailândia, 2 das Filipinas, 1 do Timor Leste, 2 da Coreia do Sul, 1 da Malásia, 1 do Vietnã e 1 movimento social do Japão. Além destas, consta uma organização regional, a Federation of Indonesia Peasant Union (FSPI) que representa 12 organizações da Indonésia.

A região do sul da Ásia tem como coordenadores a Karnataka Rajya Ryota Sangha (KRRS), da Índia, sob a responsabilidade de Chukki Nanjundaswamy, e a Bangladesh Krishok Federation (BKF), sob a coordenação de Badrul Alam. São 20 os filiados, distribuídos da seguinte forma: 4 do Nepal, 3 de Bangladesh, 12 da Índia e 1 do Sri Lanka.

A região da América Central tem a coordenação regional a cargo de dois movimentos sociais, o Consejo Coordinador de Organizaciones Campesinas de Honduras (COCOCH), sob a responsabilidade de Rafael Alegria, e a Associação Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras do Campo (ATC), sob a coordenação de Maria Helena Siqueira. São 9 as filiadas diretas, sendo que a Asociación Nacional de Trabajadores Agropecuários (ANTA), da Nicarágua, é uma organização regional que representa organizações da Costa Rica, Honduras, Guatemala e Nicarágua.

Os países com representação na rede, em 2006, são: El Salvador com 2 organizações filiadas, a Costa Rica, igualmente com 2 organizações, o Panamá com 1, Belize com 1, Honduras com 1 e a Guatemala, igualmente com 1 organização; além da Nicarágua, representada por uma organização regional.

Em 2004, também constava da rede, a extinta Associação Centro-americana de Organizações Camponesas para a Cooperação e Desenvolvimento (ASOCODE), uma organização regional hondurenha que representava diversas organizações do Panamá e Belize.

A região de Cuba e Caribe tem a coordenação a cargo da Asociación Nacional de Agricultores Pequeños (ANAP) de Cuba, sob a coordenação de Mario de la O, e a Confederacion Nacional de Mujeres Campesinas (CONAMUCA), sob a responsabilidade de Juana Ferrer. Em 2004, as organizações filiadas eram 5, sendo 1 regional. Os países representados eram: Cuba e República Dominicana com 1 organização cada, o Haiti com 2

organizações e a Association of Caribbean Farmers (WINFA), uma organização regional representante de organizações camponesas das Ilhas Windward.

Em 2006, consta a inclusão de mais 6 organizações. Sendo 1 representante de Granada, outra da República Dominicana, 1 representando São Vicente e Santa Lúcia, 1 representando apenas São Vicente, mais outra representando apenas Santa Lúcia e ainda uma representante da Martinica.

A região da Europa tem 22 filiados e 5 candidatos à filiação. Os países contemplados são: Alemanha, Espanha, França, Itália, Portugal, Bélgica, Reino Unido, Luxemburgo, França, Österreich, Suíça, Holanda, Hungria, Noruega e Turquia, além de 2 organizações regionais europeias: a Mouvement International de Jeunesse Agricole Rurale Catholique (MIJARC) e a Coordinadora Campesina Europea / European Farmers Co-ordination / Coordination Paysanne Européenne (CPE).

Em 2004, a coordenação da região Europa estava a cargo de 3 organizações: a Coordinadora de Organizaciones de Agricultores y Ganaderos (COAG), da Espanha, o Sindicato de Obreros del campo de Andalucía (SOC), da Espanha e a Türkije Tarim ve Hay Vanulik Konfederasyonu, da Turquia, uma organização que está, provisoriamente, sob a coordenação da região Europa. Em 2006, esta coordenação está a cargo da organização regional Coordinadora Campesina Europea / European Farmers Co-ordination / Coordination Paysanne Européenne (CPE).

De acordo com a avaliação feita sobre as relações de influência das diversas regiões geográficas da rede, fomos levados a saber que a Via Campesina sofreu, em sua primeira fase, uma influência muito expressiva das organizações e movimentos sociais rurais da Europa e, principalmente, das Américas Latina e Central. Esta ascensão gera reflexos até hoje, como demonstra o fato de as línguas oficiais dos encontros internacionais da rede serem o inglês e o espanhol, e o seu próprio nome – La Via Campesina – nunca ter sido traduzido para outra língua (Desmarais, 2003).

Mas apesar da predominância da Europa e América Latina, confere-se que a rede, também, sofreu uma forte influência da UNORCA, organização do Canadá que deu grande apoio à Via Campesina, durante a sua primeira participação em um encontro da FAO.

Analisando os períodos compreendidos entre 2004 e 2006, percebe-se que a Via Campesina tem cada vez mais penetração no sudeste e leste da Ásia e, por conseguinte, os movimentos sociais destas regiões têm cada vez mais representatividade, dentro do movimento social.

Outra região, na qual cresceu o número de organizações, entre 2004 e 2006, é Cuba e Caribe. Mas não identificamos se esta mudança se deu em função da dissolução da ASOCODE, em 2005, ou se reflete, de fato, uma maior penetração na região.

A África é um continente com o qual a Via Campesina está se aproximando, pode-se conferir que apesar do número de filiados não ter aumentado de 2004 para 2006, houve uma mudança significativa: a coordenação regional que, em 2004, estava a cargo de Diamantino Nhampossa, da UNAC, passou a ser compartilhada com Mariam Seseko, da CNOP. O que reflete o compromisso da Via Campesina, em buscar o equilíbrio de gênero, no conjunto de sua coordenação.

Constatamos que, já em 2004, a rede havia incorporado um movimento social rural turco, o qual, em 2006, ainda continua sob a competência da região Europa. Não foram encontradas informações sobre organizações filiadas na China ou em países do Oriente Médio. Mas sabe-se que em 2002, membros da Via Campesina estiveram em Ramallah, em conjunto com uma delegação internacional, participando de um protesto contra o bloqueio israelense a esta cidade e estreitando contatos com movimentos sociais rurais daquela região (Edelman, 2003).

4.5.

As conferências Internacionais da Via Campesina

As conferências internacionais da Via Campesina são fundamentais para o fortalecimento e estruturação da rede. Durante estes encontros, a rede planeja e define as metas e planos de ação para os anos seguintes, ratifica ou define os seus principais posicionamentos, lança as suas campanhas internacionais e incorpora novos movimentos à sua estrutura.

Em nosso entender, apresentar um panorama com os principais acontecimentos, conquistas e resoluções tomadas nestes quatro encontros internacionais é fundamental para que se entenda o processo de evolução da Via Campesina. Infelizmente esta análise será desigual, por conta de serem poucas as informações disponíveis, principalmente dos dois primeiros encontros.

Esta pesquisa baseou-se em dados trazidos por Desmarais (2003a), somados à análise de documentos sobre as conferências internacionais da Via Campesina, além de declarações e entrevistas de algumas das lideranças da rede, disponíveis na Internet.

Ao analisarmos os documentos acessados, sobre as quatro Conferências Internacionais já realizadas pela Via Campesina, percebe-se a relação estreita entre estes eventos e o lançamento das principais campanhas internacionais da rede. Fomos levados a entender que temas como reforma agrária, sementes, acesso a recursos produtivos e Direitos Humanos dos camponeses seriam questões inter-relacionadas, de forma que, apesar do foco da dissertação ser a problemática das sementes transgênicas e as ações e estratégias da rede junto à OMC e à FAO, abordaremos estes outros temas, à medida que formos tratando das Conferências Internacionais.

A primeira Conferência Internacional da Via Campesina realizou-se em *Mons*, na Bélgica, em maio de 1993, quando a Via Campesina estruturou-se como organização mundial, debateu e definiu os seus princípios, as suas estruturas e as suas primeiras linhas estratégicas de trabalho (Rodrigues, 2003). Nesta ocasião foi definido como um dos principais objetivos da rede, o desenvolvimento de laços de solidariedade entre organizações de pequenos agricultores, tendo em vista promover relações econômicas de equidade e justiça social, a partir do reconhecimento e do respeito às diferenças entre as ditas organizações. As metas estabelecidas visavam a preservação da terra, a soberania alimentar e a produção agrícola sustentável, tendo em vista, as necessidades dos pequenos e médios produtores rurais (Via Campesina, 2005a).

Rodrigues coloca que, já nesta Primeira Conferência Internacional, os líderes da Via Campesina teriam adotado o princípio de construí-la como uma organização na qual “prevaleceriam objetivos e princípios sobre estatutos e estruturas” (Rodrigues, 2003, p.1). O “desafio que se apresentava”, diz a ativista,

era a construção de um novo caminho, uma nova via, uma alternativa ao modelo econômico prevalente, daí a escolha do nome *Via Campesina*.

A II Conferência Internacional da rede teve lugar em Tlaxcala, no México, em abril de 1996, contando com a presença de 69 organizações representando camponeses de 37 países diferentes (Desmarais, 2003).

Nesta ocasião teriam sido discutidas questões consideradas centrais para os pequenos e médios agricultores, tais como: reforma agrária, crédito e dívida externa, tecnologia, participação das mulheres, desenvolvimento rural e o importantíssimo tema da soberania alimentar (Edelman, 2003). E de acordo com Stédille – líder do MST e da Via Campesina – esta também foi a ocasião em que o movimento social passou a considerar a possibilidade de atuar em parceira com outros atores, de ‘fora da rede’, em pró da construção de uma agenda alternativa à globalização neoliberal (Stedille *apud* Desmarais, 2003, p.181).

Pode-se considerar que uma das conquistas mais importantes, deste evento, tenha sido o lançamento do conceito de Soberania Alimentar, o qual levou 6 anos sendo elaborado, através de um processo de diálogo e negociação entre as diversas organizações da Via Campesina, nos níveis local, regional e global (Desmarais). Pode-se tomar este, como um importante exemplo do processo de construção de consenso na Via Campesina e da importância da relação entre o local e o global, na consolidação de uma rede transnacional de movimentos sociais. De acordo com declarações de Francisca Rodrigues (2003), este conceito teria marcado o primeiro grande momento do movimento social, porque além de ter dado origem à sua primeira campanha, teria sido a partir dele, que a rede teria conquistado a respeitabilidade e a cumplicidade de outros atores.

Ainda durante a II Conferência Internacional, ocorreu o trágico massacre de dezenove camponeses filiados ao MST, que veio a ser mundialmente conhecido como o “Massacre de Eldorado dos Carajás”. Esta tragédia motivou o lançamento da campanha “17 de abril”, eleito como o dia mundial da luta camponesa em homenagem aos camponeses assassinados no norte do Brasil (Desmarais, 2003).

Ao lançar esta campanha, a proposta da rede era que, a cada dia 17 de abril, houvesse uma mobilização de grupos e movimentos de camponeses e agricultores – em cada país no qual a rede estivesse representada – em protesto contra a globalização neoliberal e a violação dos Direitos Humanos dos camponeses. Esta campanha também passou por um processo de evolução, de início, cada grupo

local seria independente para escolher a forma e o foco da luta, mas em 2001, a rede teria mudado de estratégia, optando por agir de forma concertada. Neste momento, a estratégia passou a ser estimular as organizações locais a pressionarem os seus respectivos governos a desenvolverem políticas com base no princípio da soberania alimentar, por meio de campanhas contra o *dumping* e os organismos geneticamente modificados (Desmarais, 2003a).

Ainda em 1996, realizou-se um outro importante evento para o conjunto de movimentos sociais camponeses: o “Primeiro Encontro a favor da Humanidade e contra o Neoliberalismo”. Este encontro teve lugar em Chiapas, no México, promovido pelo Movimento Zapatista e contou com a participação de inúmeras organizações camponesas, além de ONGs e outros movimentos sociais (Edelman, 2003).

Entre a II e a III Conferência Internacional, realizada no ano de 1999, a Via Campesina lançou, em parceria com a Food First Information and Action Network (FIAN), uma campanha global pela reforma agrária denominada: “Comida, Terra e Liberdade”, cujas demandas estavam embasadas no artigo 11 da Convenção Internacional pelos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (Desmarais).

Conforme a Via Campesina (2000), a III Conferência Internacional da rede realizou-se em Bangalore, Índia, em outubro de 2000. Durante esta conferência, realizou-se a “I Assembléia de Mulheres da Via Campesina” que, conferimos ter sido uma importante conquista em direção à equidade de gênero dentro da rede. Conforme Desmarais (2003), antes da III Conferência, a CCI era formada por 8 membros, um de cada região, sendo que apenas um destes seria mulher, e à partir de deliberações tomadas nesta I Assembléia de Mulheres, as coordenações regionais da Via Campesina (que formam a CCI) passaram a ser compartilhadas por dois representantes: um homem e uma mulher.

Também nesta conferência, foi lançada a Campanha Sementes, com os compromissos principais de combater a privatização da vida, lutar a favor do conhecimento livre e intercambiável e demandar o respeito à *Soberania Alimentar* dos povos. De acordo com Rodrigues (2003), a Campanha Sementes está apoiada no reconhecimento que as famílias camponesas devem ter um futuro e que isto envolve uma mudança na estrutura social como um todo. Segundo a visão do movimento social, a agricultura não seria um problema restrito a agricultores

familiares e indígenas, mas relacionado a todos os setores da sociedade e a cada país, individualmente e em conjunto.

A Campanha Sementes teria ratificado o compromisso que a Via Campesina havia estabelecido na Campanha Soberania Alimentar. Ou seja, agir em pró de um modelo de desenvolvimento alternativo ao neoliberal dominante, tendo como parâmetros, a equidade e o respeito às diferenças e evitando a imposição de modelos nos quais “predominassem uma só forma de vida ou um só modelo de desenvolvimento” (Via Campesina, 2000).

Em 2004 foi realizada a IV Conferência Internacional da rede, em Itací, no interior do estado de São Paulo, no Brasil, sob o lema: “Globalizemos a luta, globalizemos a esperança”. Os principais temas discutidos durante este encontro foram a soberania alimentar, a proibição da produção de sementes transgênicas e a Reforma Agrária. Neste encontro, estiveram presentes representantes de organizações camponesas provenientes de cerca de 80 países, de diversos continentes. Dentre estes, Estados Unidos, Alemanha, França, Reino Unido, assim como Palestina, Haiti, Cuba, Líbano, Ruanda, Nigéria, Síria, e 18 países de América Latina e Caribe (MST, 2004b).

Segundo os líderes da Via Campesina, Nicholson, Alegria, Bové e Stedille, esta conferência teve como tema central, a problemática associada às sementes transgênicas e a sua relação com a Soberania Alimentar dos povos (MST, 2004d).

Ainda durante este encontro, foram realizadas a “II Assembléia de Mulheres da Via Campesina” e a “I Assembléia de Jovens Camponeses da Via campesina”. A II Assembléia de Mulheres ratificou o compromisso assumido pela rede, de buscar atingir a igualdade de gênero no movimento social (Rodrigues, 2004). E a “I Assembléia de Jovens Camponeses da Via campesina” constituiu-se como a primeira iniciativa tomada pela rede, no sentido de organizar um fórum específico para a discussão dos problemas enfrentados pela juventude camponesa, percebida neste momento, pela rede, como a garantia de seu futuro (MST, 2004e).

Como colocado por Paul Nicholson (Via Campesina, 2004a):

[...]o setor da Juventude será importante para impulsionar as novas tarefas que a Via tem por diante de si, como as campanhas globais pela Reforma Agrária, a campanha pelas sementes e combater as políticas agrárias que potências, como os Estados Unidos, Europa, FMI e a OMC, impõem.

Durante a IV Conferência Internacional do grupo, também se realizava, em São Paulo, a XI Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD). À Via Campesina foi dada a oportunidade de enviar uma delegação à esta conferência, o que foi considerado, pelo movimento, como um momento histórico. De acordo com Alegria (2004e), pela primeira vez a Via Campesina seria reconhecida internacionalmente e, a partir deste encontro, poderia: “defender frente às Nações Unidas e à sua assembléia geral, a soberania alimentar dos povos” (p.1).

Em consequência, a rede constituiu uma delegação para representá-la na XI Conferência da UNCTAD, conduzida por seu líder francês José Bové. Esta tinha como objetivo, expor as posições do movimento social em relação à soberania alimentar, à reforma agrária e aos transgênicos. De acordo com a documentação acessada, a Via Campesina decepcionou-se com a conferência e, logo após este encontro, publicou uma carta protesto expressando o seu repúdio pelo direcionamento político que a instituição estava tomando (MST, 2004b).

Pode-se depreender, a partir da leitura desta carta e de outras declarações da Via Campesina, que a rede passou a perceber a FAO como uma organização cada vez mais dominada pela OMC, União Européia, Estados Unidos, e principalmente pelas transnacionais do agronegócio.

Ainda durante a sua IV Conferência, a Via Campesina (2004) reforçou a sua aliança com Chaves, apontado pelo movimento social, como um de seus mais importantes aliados, naquele momento. Durante a Conferência, os agricultores discutiram o fortalecimento das relações com este país e a construção de uma escola de formação (nos moldes da elaborada pelo MST, no Brasil), além do envio de lideranças venezuelanas ao Brasil, para estágios nos centros de formação dos Sem Terra (MST, 2004c).

Ainda no ano de 2004, a Via Campesina inaugurou, junto à FIAN International, um importante projeto no âmbito dos Direitos Humanos: a publicação de um relatório anual, com o registro da violência cometida contra camponeses em vários países do mundo. De acordo com a Via Campesina, este projeto foi motivado pela constatação de que não havia qualquer documentação sobre esta violência, que pudesse servir de instrumento para pressionar a ONU, em defesa dos direitos humanos dos camponeses.

A partir da leitura de diversos documentos, é possível constatar que os camponeses são vítimas de várias formas de violência: a violência direta e por vezes ilegal – como a cometida em Eldorado dos Carajás contra membros do MST – e a violência legal e institucionalizada – como a expulsão de camponeses de suas terras, para dar lugar ao agronegócio, ou a repressão policial contra os camponeses, na Indonésia (Via Campesina, 2005b).

Até o ano de 2005, foram publicados dois relatórios anuais, ambos com a colaboração da FIAN International, sendo que o primeiro foi preparado em conjunto com a FIAN e o segundo, publicado pelo movimento social com o apoio desta ONGI. A intenção é que se produza um novo relatório, a cada ano, já que um dos objetivos da rede é apresentá-los durante os encontros da Comissão de Direitos Humanos da ONU, que se realiza anualmente, em Genebra (Via Campesina, 2005).

Durante a IV Conferência, Henry Saragih, Coordenador Internacional da Via Campesina à época, expôs a importância deste projeto:

Até o presente momento, não existe um só instrumento ou convenção que lide com o direito dos camponeses. Começamos a trabalhar, nos últimos três anos, no sentido de pressionar a ONU a reconhecer os nossos direitos como camponeses. Para dar suporte a este trabalho, começamos a documentar as violações dos Direitos Humanos que os camponeses enfrentam diariamente. É importante e necessária a compilação e documentação destas violações contra os Direitos Humanos dos camponeses para dar-lhes visibilidade, expor e acusar os seus violadores. Ninguém mais deve fazer isso. Nós devemos fazê-lo. (Discurso proferido por Henry Saragih, Coordenador internacional da Via Campesina, durante a IV Conferência Internacional da rede.)

Segundo a Via Campesina, as políticas que oprimem os camponeses estão estreitamente vinculadas à OMC, às corporações transnacionais do agronegócio e às políticas prescritas por instituições financeiras internacionais, como o Banco Mundial, o Banco de Desenvolvimento da Ásia e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

De acordo com o relatório de 2005:

Temos de ser claros aqui e afirmar que o seu envolvimento [instituições internacionais mencionadas acima] pode ser categorizado como uma das principais formas de violação dos direitos humanos, causando enormes tragédias de forma similar a uma guerra que leva à morte de muitas pessoas (Via Campesina, 2005a)

A Via Campesina reconheceria que a ONU está fazendo um esforço para pressionar as corporações transnacionais a respeitarem os direitos humanos das populações camponesas, mas considera que este esforço é insuficiente e inadequado. A maioria das grandes corporações responderia a esta pressão, investindo nas chamadas Políticas de Responsabilidade Social, seja por meio de doações para programas comunitários, apoio a projetos de direitos humanos ou desenvolvimento de projetos próprios. No entender da Via Campesina, as multinacionais são as que mais lucram com esta estratégia, pois conquistam a opinião pública, enquanto, paralelamente, fazem *lobby* na OMC, pelo acirramento do processo de liberalização e ‘mercantilização’ da agricultura.